



X CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

EDITAL Nº 035/2022-TJAP-CONCURSO JUIZ

RESULTADO INSCRIÇÃO DEFINITIVA, CONVOCAÇÃO PARA O SORTEIO DA ORDEM DE ARGUIÇÃO, PARA O SORTEIO DE PONTOS E PARA A PROVA ORAL

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, por meio do Desembargador CARMO ANTÔNIO DE SOUZA, Presidente da COMISSÃO DO X CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, nos termos do Capítulo 18 do Edital de Abertura (Edital nº 001/2021-TJAP), publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 173, de 30/09/2021, TORNA PÚBLICOS o resultado final da etapa de inscrição definitiva, incluindo a aptidão nos exames de saúde e psicotécnico, sindicância de vida pregressa e investigação social, constantes no ANEXO I deste Edital; a convocação para o sorteio da ordem de arguição, para o sorteio dos pontos e para as arguições da Prova Oral; a Comissão Examinadora e o Programa Específico da Prova Oral (pontos agrupados), assim como a alteração do Capítulo 19 do Edital de Abertura, referente ao Curso Oficial.

1. DA CONVOCAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO SORTEIO DA ORDEM DE ARGUIÇÃO E DOS PONTOS DA PROVA ORAL E DA CONVOCAÇÃO PARA A PROVA ORAL

1.1. O sorteio da ordem de arguição será realizado em Sessão Pública, no dia **13/12/2022, às 8:00 horas**, no Plenário do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, situado na Rua General Rondon, nº 1295, bairro Central, Macapá-AP.

1.2. É obrigatório o comparecimento dos candidatos ao sorteio da ordem de arguição, devendo comparecer ao local indicado com no mínimo 15 (quinze) minutos de antecedência. O candidato que não comparecer ao sorteio da ordem de arguição estará automaticamente eliminado do certame.

1.3. Os candidatos serão divididos em 03 (três) grupos, na ordem de arguição estabelecida no sorteio.

1.4. A Prova Oral será realizada na ordem do sorteio em Sessões Públicas, nos dias **14, 15 e 16/12/2022, com início às 8:00 horas**, no Plenário do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, situado na Rua General Rondon, nº 1295, bairro Central, Macapá-AP.

I.4.1. No dia **14/12/2022** serão arguidos os candidatos do primeiro grupo. O sorteio dos pontos para esses candidatos ocorrerá no dia **13/12/2022**, logo após o sorteio da ordem de arguição;

I.4.2. No dia **15/12/2022** serão arguidos os candidatos do segundo grupo. O sorteio dos pontos para esses candidatos ocorrerá no dia **14/12/2022**, antes do início das arguições do dia, sendo obrigatória a presença dos candidatos do referido grupo com no mínimo 15 (quinze) minutos de antecedência para o sorteio dos pontos;

I.4.3. No dia **16/12/2022** serão arguidos os candidatos do terceiro grupo. O sorteio dos pontos para esses candidatos ocorrerá no dia **15/12/2022**, antes do início das arguições do dia, sendo



obrigatória a presença dos candidatos do referido grupo com no mínimo 15 (quinze) minutos de antecedência para o sorteio dos pontos.

1.5. Os candidatos deverão comparecer ao local da Prova Oral para arguição com antecedência mínima de 30 minutos, permanecerão em sala apropriada nas dependências do Tribunal de Justiça e serão conduzidos para arguição.

1.6. Durante a arguição o candidato não poderá consultar códigos, obras jurídicas ou anotações (item 8.5.2 do Edital de Abertura).

1.7. Não será permitido o uso de telefones celulares, assim como de outros aparelhos eletrônicos de comunicação ou de captação de imagem ou de som.

1.8. Não serão realizados sorteios ou prova em data ou local fora do determinado neste Edital.

1.9. Não haverá segunda chamada ou repetição de provas.

1.10. O não comparecimento à Prova Oral caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

1.11. A permanência no concurso dos candidatos convocados por força de decisão judicial (*sub judice*) dependerá da devida aprovação em fase anterior ainda não cumprida.

2. DA COMISSÃO EXAMINADORA

2.1. Examinador Desembargador CARMO ANTÔNIO DE SOUZA (Suplente Juiz de Direito LUIZ CARLOS KOPES BRANDÃO): DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL e DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;

2.2. Examinador Procurador de Justiça NICOLAU ELÁDIO BASSALO CRISPINO (Suplente Procuradora de Justiça MARIA DO SOCORRO MILHOMEM MONTEIRO MORO): DIREITO CIVIL, DIREITO DO CONSUMIDOR e DIREITO ADMINISTRATIVO;

2.3. Examinador Juiz de Direito CARLOS FERNANDO DA SILVA RAMOS (Suplente Juiz de Direito DIEGO MOURA DE ARAÚJO): DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO AMBIENTAL e DIREITO CONSTITUCIONAL;

2.4. Examinador Advogado EDIVAN SILVA DOS SANTOS (Suplente Advogada VIRGÍNIA RUFINO BORGES AGRA: DIREITO TRIBUTÁRIO, DIREITO ELEITORAL e DIREITO EMPRESARIAL.

3. DO PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL

3.1. O programa e os pontos que serão utilizados na arguição oral são os constantes do ANEXO II deste Edital.

3.2. Os pontos do programa da Prova Oral constam numerados de 01 a 10 para cada disciplina, sendo que o número sorteado para cada candidato prevalecerá para todas as disciplinas.



4 – ALTERAÇÃO DO CAPÍTULO 19 DO EDITAL DE ABERTURA

4.1. Fica alterado o Capítulo 19 do Edital de Abertura, a fim de melhor adequá-lo à Resolução nº 2/2016 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados-ENFAM, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“19 – DA QUINTA ETAPA – CURSO OFICIAL PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

- 19.1 Os candidatos aprovados nas etapas anteriores do concurso serão automaticamente matriculados na Escola Judicial do Amapá para participação em Curso Oficial para Ingresso na Carreira da Magistratura, de caráter eliminatório e classificatório.
- 19.2 O curso será organizado e executado de acordo com as normas estabelecidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrado – ENFAM e pela Escola Judicial do Amapá.
- 19.3 A carga horária mínima do Curso Oficial para Ingresso na Carreira da Magistratura é de 80 (oitenta) horas-aula, devendo o curso ser realizado em até 1 (um) mês, em dias úteis, de forma contínua, com atividades, no mínimo, em um dos turnos do dia, podendo ser inclusive à noite.
- 19.4 Considerar-se-á aprovado o candidato que obtiver a média aritmética igual ou superior a 6 (seis), conforme critérios estabelecidos pela Escola Judicial do Amapá.
- 19.5 Durante o curso, os candidatos serão avaliados em relação ao conteúdo programático, à atividade prática e à conduta mantida no período, inclusive no tocante a:
 - a) assiduidade;
 - b) pontualidade;
 - c) postura ética;
 - d) relacionamento interpessoal;
 - e) interesse e participação.
- 19.6 Durante o curso, cada candidato fará jus a uma bolsa mensal, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de Juiz Substituto.
- 19.7 Findo o curso, a Escola Judicial do Amapá enviará à Comissão do Concurso relatório circunstanciado sobre a avaliação dos candidatos, ao qual serão juntados cópia das avaliações e outros documentos relevantes.”

Macapá-AP, 29 de novembro de 2022.

**Desembargador CARMO ANTÔNIO DE SOUZA
Presidente da Comissão do Concurso**

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS



**COMISSÃO DO X CONCURSO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE
JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DO AMAPÁ**

EDITAL Nº 035/2022-TJAP-CONCURSO JUIZ

ANEXO I

**CANDIDATOS COM A INSCRIÇÃO DEFINITIVA DEFERIDA, CONVOCADOS PARA O SORTEIO DA
ORDEM DE ARGUIÇÃO, PARA O SORTEIO DE PONTOS E PARA A REALIZAÇÃO DA
PROVA ORAL, EM ORDEM ALFABÉTICA**

Cargo: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

Inscrição	Nome	Situação
173000982	Alana Coelho Pedrosa	Aprovado
173000672	Ana Theresa Moraes Rodrigues	Aprovado
173001737	Andre Filipe Ribeiro Valente	Aprovado
173000510	Caique Cirano Di Paula	Aprovado
173000159	Caue Pereira Martins Santos	Aprovado
173000112	Charles de Sousa Alves	Aprovado
173000546	Diogo Haruo da Silva Tanaka	Aprovado
173001372	Elielton Zanoli Armondes	Aprovado
173000595	Fernando Mantovani Leandro	Aprovado
173001063	Francisco Soares de Oliveira Neto	Sub Judice
173000346	Hauny Rodrigues Pereira	Aprovado
173001397	Iane do Lago Nogueira Cavalcante Reis	Aprovado
173001487	Igor De Lazari Barbosa Carneiro	Aprovado
173003328	Jail José Alves Silva Junior	Sub Judice
173002782	Luis Guilherme Conversani	Aprovado
173001516	Luiz Gabriel Leônidas Espina Hernandez Géo Verçoza	Aprovado
173002547	Luiza Vaz Domingues Moreno	Aprovado
173002213	Mateus Pavao	Aprovado
173001861	Matheus Coelho Mesquita	Aprovado
173001898	Murilo Augusto de Faria Santos	Aprovado
173000171	Ramon dos Reis Barbosa Barreto	Aprovado/Negro
173000760	Robson Timoteo Damasceno	Aprovado
173002058	Rodrigo Marques Bergamo	Aprovado
173001934	Rosalia Bodnar	Aprovado
173000628	Sara Gabriela Zolandek	Aprovado
173001183	Thiago Ferrare Pinto	Aprovado
173000314	Vinícius de Castro Borges	Aprovado

Macapá-AP, 29 de novembro de 2022.

**Desembargador CARMO ANTÔNIO DE SOUZA
Presidente da Comissão do Concurso**

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS



**COMISSÃO DO X CONCURSO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE
JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DO AMAPÁ**

EDITAL Nº 035/2022-TJAP-CONCURSO JUIZ

ANEXO II

PROGRAMA DE DISCIPLINAS E PONTOS PARA PROVA ORAL

Atenção: Considerar-se-á a legislação vigente até a data da publicação do Edital de Abertura de Inscrições

DIREITO CIVIL

PONTO 01

- Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Aplicação da Lei no Tempo e no Espaço. Interpretação da Lei. Analogia. Princípios Gerais do Direito e Equidade. Usos e Costumes. Das pessoas. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Do domicílio. Ausência. Direitos da personalidade. Dos bens. Dos bens divisíveis e indivisíveis. Dos bens considerados em si mesmos. Dos bens fungíveis e infungíveis. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens públicos. Do bem de família.

PONTO 02

- Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos defeitos dos negócios jurídicos. Das nulidades. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova.

PONTO 03

- Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Mora, cláusula penal, perdas e danos.

PONTO 04

- Dos contratos em geral. Formação e extinção. Vícios redibitórios e evicção. Das várias espécies de contrato. Dos atos unilaterais.

PONTO 05

- Dos títulos de crédito. Da responsabilidade civil em geral. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Abuso do direito. Das preferências e privilégios creditórios. Legislação Especial. Da locação de imóveis urbanos, Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991. Do mútuo, Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933. Da promessa de compra e venda e loteamento, Decreto-Lei, nº 58, de 10 de dezembro de 1937; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dos seguros, Decreto nº 61.867, de 11 de dezembro de 1967; Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974; Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

PONTO 06

- Do direito das coisas. Da posse: aquisição, efeitos e perda. Os interditos possessórios. Usucapião. Dos direitos reais. Da propriedade. Do condomínio. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da Habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. Da alienação fiduciária. Legislação Especial: Da Cédula de Produto Rural, Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994. Da Cédula Hipotecária, Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966. Dos contratos imobiliários, Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964; Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990; Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990; Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991; Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993.



PONTO 07

- Do direito de família. Parentesco. Casamento. Do direito pessoal. Do direito patrimonial. Regime de Bens. Da união estável. Adoção. Poder familiar. Alimentos. Da tutela e da curatela. Da tomada de decisão apoiada. Adoção Poder familiar. Alimentos.

PONTO 08

- Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Aceitação e Renúncia da herança. Da sucessão legítima. Dos excluídos da sucessão. Direito de Representação. Da petição da herança. Da sucessão testamentária. Deserdação. Do inventário e da partilha.

PONTO 09

- Das disposições finais e transitórias do Código Civil Brasileiro, artigos 2.028 a 2.046. Legislação Especial: Registros públicos. (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973). Da alienação fiduciária (Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969). Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997. Do condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias (Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964), Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.

PONTO 10

- Legislação Especial: Do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003). Da locação de imóveis urbanos (Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991). Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PONTO 01

- Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Teoria Geral do Direito Processual Civil. Normas processuais civis. Fontes do Direito Processual Civil. Aplicação e interpretação da lei processual civil. Da norma processual no tempo e no espaço. Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá. Organização Judiciária. Da jurisdição. Conceito. Características. Princípios. Extensão. Poderes. Órgãos. Jurisdição contenciosa. Jurisdição voluntária. Da ação. Natureza jurídica. Princípios. Elementos identificadores da ação. Condições da Ação. Classificação das Ações. Das Normas Fundamentais e da Aplicação das Normas Processuais. Competência. Conceito. Competência interna. Critérios para definir a competência. Competência absoluta. Competência relativa. Das causas de modificações da competência: conexão, continência, prevenção. Casos de prorrogação legal da competência. Conflito de competência. Conflito de atribuições. Perpetuatio jurisdictionis.

PONTO 02

- Processo. Conceito. Classificação. Natureza Jurídica. Princípios informativos do processo civil. Princípios constitucionais do processo civil. As garantias constitucionais do processo civil. A relação processual. Características da relação processual. Sujeitos da relação jurídica: Sujeitos principais. Sujeitos secundários. Sujeitos Especiais. Pressupostos Processuais.

PONTO 03

- Das partes e dos procuradores. Da capacidade processual. Legitimação ordinária. Legitimação extraordinária. A substituição processual. Dos deveres das partes e dos procuradores. Do litisconsórcio. Da assistência. Da intervenção de terceiros. Da oposição. Da nomeação à autoria. Da denunciação da lide. Chamamento ao Processo.

PONTO 04

- Da tutela provisória. Disposições Gerais. Da tutela de urgência. Do procedimento das tutelas antecipada e cautelar requeridas em caráter antecedente. Da tutela da evidência.



PONTO 05

- Dos atos processuais. Definição. Características dos atos processuais. Princípios dos atos processuais. Classificação dos atos processuais. Atos do Juiz. Atos das partes. Atos dos auxiliares das partes. Atos processuais simples e complexos. Documentação dos atos processuais. Local da prática dos atos processuais. Da forma dos atos processuais. Tempo para a prática dos atos processuais. Das comunicações dos atos processuais. Das cartas. Das citações. Das intimações. Das nulidades. De outros atos processuais. Da distribuição e do registro. Do valor da causa. Dos prazos. Conceito. Classificação. Princípios. Contagem. Prazos especiais. Preclusão. Espécies de Preclusão. O juiz: poderes, deveres e responsabilidades. O Ministério Público e os Auxiliares da justiça.

PONTO 06

- Formação, suspensão e extinção do processo. Do Processo de Conhecimento. Petição inicial: conceito, requisitos. Do pedido: espécies, modificação, cumulação. Causa de pedir. Dos documentos necessários à propositura da ação. Despacho inicial: objeto, natureza. Do julgamento liminar de improcedência das ações repetitivas. Do recurso cabível e seu procedimento. Da decretação de ofício da prescrição. Emenda da inicial. Do indeferimento liminar da petição inicial. Do recurso cabível e seu procedimento. Da antecipação dos efeitos da tutela de mérito. Requisitos. Da fungibilidade entre a tutela antecipada e as medidas cautelares. Da citação. Dos efeitos da citação. Da resposta do réu: contestação, exceções (impedimento e suspeição), reconvenção. Da revelia. Dos efeitos da revelia. A revelia e os direitos indisponíveis. Da declaração incidente. Dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Das alegações do réu.

PONTO 07

- Do julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo sem resolução do mérito. Do julgamento antecipado da lide. Da resolução do mérito. Da audiência preliminar. Das provas: conceito, modalidades, princípios gerais, objeto, ônus, procedimentos. Da audiência de instrução e julgamento. Da sentença. Requisitos e efeitos da sentença. Classificação da sentença. Publicação. Intimação das partes e dos procuradores. Sentença em audiência e início do prazo recursal. Condenação do devedor na emissão de declaração de vontade. Coisa julgada. Conceito. Limites objetivos e subjetivos. Coisa julgada formal e coisa julgada material. Princípio do deduzido e do dedutível. Reexame da sentença. Liquidação da sentença.

PONTO 08

- Recursos. Conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. Apelação. Agravo. Embargos de divergência. Embargos de declaração. Recurso de terceiro prejudicado. Recurso pelo Ministério Público. Recurso adesivo. Recurso extraordinário. Requisitos. Repercussão Geral. Recurso Especial. Recursos Especiais Repetitivos. Requisitos. Prova da divergência. Agravo de Instrumento ao STF ou ao STJ. Recurso Ordinário. Da ordem dos processos no Tribunal. Poderes do relator no julgamento dos recursos. Hipóteses para a concessão do efeito suspensivo, pelo relator.

PONTO 09

- Cumprimento da sentença. Procedimento. Títulos executivos judiciais. Impugnação. Execução provisória. Competência para o cumprimento da sentença. Cumprimento da sentença condenatória na indenização por ato ilícito. Ação Rescisória. Processo de execução. Princípios. Das partes. Da competência. Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução. Do inadimplemento do devedor. Espécies de execução. Execução para entrega de coisa certa e incerta. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Da execução Fiscal. Da execução por quantia certa contra devedor solvente. Da penhora, avaliação e expropriação. Da citação do devedor e da indicação de bens. Da penhora e do depósito. Da avaliação. Da adjudicação. Da alienação por iniciativa particular. Da alienação em hasta pública. Do Pagamento ao credor. Da Execução contra a Fazenda Pública. Da execução da Prestação Alimentícia. Dos embargos à execução. Prazos para embargos. Natureza jurídica. Legitimidade e procedimento. Dos embargos à



execução contra a Fazenda Pública. Dos embargos na execução por carta. Da execução por quantia certa contra devedor insolvente. Da suspensão e extinção do processo. Multipropriedade (Lei nº 13.777/2018).

PONTO 10

- Dos procedimentos especiais. Dos Procedimentos Especiais de Jurisdição contenciosa. Dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/95). Ações de Despejo, Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação, Revisional de Aluguel, Renovatória, (reguladas pela Lei nº 8.245/91). Ação de Busca e Apreensão por alienação fiduciária (Decreto-Lei nº 911/69).

DIREITO DO CONSUMIDOR

PONTO 01

- Do Código de Defesa do Consumidor. Dos direitos do consumidor. Das disposições gerais. Dos direitos básicos do consumidor.

PONTO 02

- Da qualidade de produtos e serviços. Da preservação e da reparação de danos (da proteção à saúde e segurança). Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço.

PONTO 03

- Da decadência e da prescrição.

PONTO 04

- Da desconsideração da personalidade jurídica.

PONTO 05

- Das práticas comerciais (das disposições gerais). Da oferta. Da publicidade. Das práticas abusivas. Da cobrança de dívidas.

PONTO 06

- Da proteção contratual: disposições gerais. Das cláusulas abusivas. Dos contratos de adesão.

PONTO 07

- Da defesa do consumidor em juízo. Das disposições do Código de Defesa do Consumidor relacionadas à defesa do consumidor em juízo.

PONTO 08

- Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços.

PONTO 09

- Da tutela específica nas obrigações de fazer ou não fazer. Da sentença. Da coisa julgada. Da liquidação da sentença coletiva. Do cumprimento da sentença. Noção de verossimilhança e hipossuficiência para facilitação da defesa em juízo dos direitos do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova.

PONTO 10

- Sanções administrativas e penais: Da competência concorrente, multa, apreensão, inutilização, cassação de registro, proibição de fabricação, suspensão temporária de atividade, revogação ou cassação de concessão ou permissão, da interdição. Da Contrapropaganda. O sistema nacional de defesa do consumidor: A política nacional de relações de consumo – SNDC e PROCON.



DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PONTO 01

- Aspectos gerais do direito da criança e do adolescente. A proteção da infância no Brasil. O direito de ser criança e adolescente. Retrospectiva histórica. A proteção integral. O princípio do melhor interesse da criança.

PONTO 02

- A trilogia da proteção integral. Convenção internacional sobre os direitos da criança. Responsabilidade civil. Danos causados por crianças e adolescentes.

PONTO 03

- Direito à vida e a proteção ao nascituro. Direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Parentesco. Poder familiar. Colocação em família substituta: guarda, tutela e adoção.

PONTO 04

- Direito fundamental à educação e cultura. Fundamentos constitucionais e legais. Os direitos infantojuvenis na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Direito à profissionalização e a proteção do trabalho urbano e rural do adolescente. Direito fundamental à saúde da criança e do adolescente.

PONTO 05

- A Justiça da Infância e da Juventude. Aspectos Processuais e procedimentos especiais. Atuação do Ministério Público. A prevenção geral e especial no Estatuto. Formas de controle. A ação civil pública. Crimes e infrações administrativas contra a criança e o adolescente: Código Penal, Estatuto e Legislação Especial.

PONTO 06

- Conselho tutelar. Conselho de direitos da criança e do adolescente. Fundo da infância e adolescência. Direito à educação especial na perspectiva inclusiva. Ato infracional. Garantias processuais. Aplicação de medidas de proteção e medidas socioeducativas.

PONTO 07

- Estatuto da Criança e do Adolescente.

PONTO 08

- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Resoluções e legislação pertinente. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, com as respectivas alterações.

PONTO 09

- Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/93, com as respectivas alterações). Política Nacional de Assistência Social e resoluções pertinentes do Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais e resoluções do Conselho Nacional e assistência social relacionadas ao tema.

PONTO 10

- Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõem sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Proteção e direitos das crianças e adolescentes com transtornos mentais.



DIREITO PENAL

PONTO 01

- Finalidades do direito penal. Teoria constitucionalista do delito. Funcionalismo e imputação objetiva no direito penal. Teoria do garantismo penal. Tipicidade penal. Tipicidade conglobante.

PONTO 02

- Princípios constitucionais penais. O tempo do crime. A lei penal no tempo e no espaço.

PONTO 03

- Do crime. Relação de causalidade. Culpabilidade e exculpantes. Do crime consumado, tentado e impossível. Crimes de dano e de perigo. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Do crime doloso, culposo e preterdoloso.

PONTO 04

- Erro de tipo. Erro de proibição. Erro sobre a pessoa. Coação irresistível e obediência hierárquica. Causas excludentes da ilicitude. Perdão judicial. Da imputabilidade penal. Da ação e da omissão.

PONTO 05

- Do concurso de pessoas. Do concurso de crimes. Das penas: espécies, cominação, aplicação, função e política criminal. Das penas alternativas e substitutivas. Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Efeitos da condenação e da reabilitação. Das medidas de segurança.

PONTO 06

- Da ação penal pública e privada. Da extinção da punibilidade.

PONTO 07

- Dos crimes em espécie do Código Penal: dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade intelectual. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a administração pública. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade individual. Dos crimes contra a fé pública.

PONTO 08

- Dos crimes em espécie previstos em legislação especial. Dos crimes de tortura. Dos crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo. Dos crimes do Código de Defesa do Consumidor. Dos crimes de lavagem ou ocultação de bens e valores.

PONTO 09

- Dos crimes do Código de Trânsito Brasileiro. Dos crimes de violência familiar e doméstica contra a mulher. Dos crimes contra idosos. Dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e o menor em conflito com a lei. Dos crimes de preconceito racial. Dos crimes previstos na Lei de Organizações Criminosas. Dos crimes de abuso de autoridade. Dos crimes ambientais. Dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento.

PONTO 10

- Das contravenções penais. Dos crimes de menor potencial ofensivo. Juizado Especial Criminal. Lei 11.343/2006 e Política de redução de danos.



DIREITO PROCESSUAL PENAL

PONTO 01

- Princípios constitucionais do processo penal. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.

PONTO 02

- Inquérito policial. Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. Ação penal de iniciativa pública. Titularidade, condições de procedibilidade. Denúncia: forma e conteúdo, recebimento e rejeição. Ação penal de iniciativa privada: Titularidade. Queixa. Renúncia. Perdão. Decadência. Perempção. Extinção da punibilidade.

PONTO 03

- Ação civil ex delicto. Jurisdição e competência. Critérios de determinação e modificação de competência. Incompetência. Conexão e continência. Das questões e processos incidentes.

PONTO 04

- Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. Sujeitos processuais: do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça. Vítima no processo penal.

PONTO 05

- Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. Disposições gerais. Da prisão em flagrante. Da prisão preventiva. Da prisão domiciliar. Das outras medidas cautelares. Da liberdade provisória, com ou sem fiança. Da prisão temporária. Das medidas assecuratórias.

PONTO 06

- Das citações e intimações. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Formas procedimentais. Procedimento comum. Instrução criminal. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Procedimento sumaríssimo. Juizados Especiais Criminais. Procedimento relativo ao Tribunal do Júri. Procedimentos especiais, inclusive de leis especiais.

PONTO 07

- Da sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. Efeitos civis da sentença penal.

PONTO 08

- Das nulidades. Dos recursos em geral: princípios, modalidades, recursos em espécie e fungibilidade.

PONTO 09

- Recursos especial e extraordinário. Das ações de impugnação. Da revisão criminal. Do habeas corpus. Do mandado de segurança. Das exceções. Do desaforamento.

PONTO 10

- Aspectos processuais penais das seguintes leis, com as alterações legislativas que seguiram em relação a elas: Execução Penal (Lei nº 7.210/84); Juizado especial criminal (Lei nº 9.099/95); Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/96); Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/98); Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807/99); Organizações criminosas (Lei nº 12.850/13); Violência doméstica (Lei nº 11.340/06) e Drogas (Lei nº 11.343/06).



DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO 01

- Constituição: fontes; conceito; objeto; classificações; estrutura. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais. Poder constituinte. Judicialização e Ativismo judicial.

PONTO 02

- Controle de constitucionalidade. Sistema. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Efeitos da decisão no controle abstrato. A fiscalização abstrata no plano estadual. A Fiscalização incidental. Controle de constitucionalidade das leis municipais. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. Norma Constitucional Inconstitucional. O fenômeno da recepção da legislação em vigor pela nova Ordem Constitucional. Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Mutações constitucionais.

PONTO 03

- Estado Federal. Princípios fundamentais da Constituição Federal. Jurisdição constitucional e processo constitucional. Coisa julgada e processo constitucional.

PONTO 04

- Direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Tratados e convenções sobre direitos humanos. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica, de 22 de novembro de 1969, promulgado pelo Decreto nº 678/92) e Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (de 16 de dezembro de 1966, promulgado pelo Decreto nº 592/92). A razoável duração do processo. Direitos sociais. Direitos políticos. Partidos políticos. Direitos de nacionalidade. Tutela constitucional dos direitos e das liberdades. Mandado de segurança, individual e coletivo. Mandado de Injunção. Habeas corpus. Habeas data. Ação popular. Ação civil pública.

PONTO 05

- Organização do Estado Brasileiro: Organização político-administrativa; União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios. Repartição de competências. Bens públicos.

PONTO 06

- Intervenção nos Estados e nos Municípios. Administração pública: Disposições gerais; Servidores públicos. Organização dos Poderes na Constituição Federal. Poder Executivo. Presidente e Vice-Presidente da República: Atribuições e Responsabilidades. Poder Legislativo. Órgãos, funcionamento e competências. Prerrogativas e impedimentos no exercício do mandato parlamentar. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas da União. Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Súmula vinculante. Superior Tribunal de Justiça. Competência. Recurso Especial. Organização dos Poderes na Constituição Federal. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais. Dos Tribunais e Juizes Eleitorais. Dos Tribunais e Juizes dos Estados. Direitos e Deveres da Magistratura. Garantias da magistratura. Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN) e Código de Ética da Magistratura Nacional (aprovado pelo CNJ). Funções essenciais à Justiça. Do Ministério Público. Do Conselho Nacional do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Advocacia e da Defensoria Pública.

PONTO 07

- Constituição do Estado do Amapá. Poder Executivo do Estado do Amapá. Atribuições e responsabilidades do Governador e do Prefeito.



PONTO 08

- Constituição do Amapá. Poder Legislativo do Amapá. Prerrogativas e impedimentos de deputados estaduais e dos vereadores. Processo legislativo estadual. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas do Estado. Poder Judiciário do Estado do Amapá. Organização Judiciária. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (Resolução nº 006/2003 TJ-AP).

PONTO 09

- Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Da Política Urbana. Tributação e orçamento. Do Sistema Tributário Nacional. Das Finanças Públicas.

PONTO 10

- Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Da Ordem Social. Emenda Constitucional nº 45/04. Reforma do Judiciário. Emendas Constitucionais. Administração pública e o controle de constitucionalidade.

DIREITO ELEITORAL

PONTO 01

- Processo eleitoral lato sensu. Inelegibilidades na Lei Complementar nº 64/90.

PONTO 02

- Fases do processo eleitoral “stricto sensu”: preparatória, votação, escrutínio e diplomação.

PONTO 03

- Características e principais institutos eleitorais de cada fase. Legislação eleitoral.

PONTO 04

- Organização Judiciária Eleitoral: TSE, TRE, Juízes e Juntas Eleitorais. Instâncias Eleitorais. Competência da justiça eleitoral.

PONTO 05

- Poder normativo do TSE. Ministério Público Eleitoral. Improbidade administrativa eleitoral.

PONTO 06

- Circunscrição eleitoral. Zona eleitoral. Seção eleitoral. Alistamento eleitoral. Mesa receptora de votos, cabinas e urnas.

PONTO 07

- Propaganda eleitoral em geral. Espécies de propaganda regidas pela Lei nº 9.504/97.

PONTO 08

- Processo penal eleitoral. Fase pré-processual: inquérito policial; flagrante; representação; notícia crime e peças de investigação. Ação penal eleitoral. Rito processual. Incidentes. Crimes Eleitorais.

PONTO 09

- Ação de impugnação de pedido de registro de candidatura. Investigação judicial eleitoral ou representação jurisdicional eleitoral. Recurso contra a diplomação. Ação de impugnação de mandato eletivo.

PONTO 10

- Prestação de contas eleitorais.



DIREITO EMPRESARIAL

PONTO 01

- Empresa e empresário. Estabelecimento empresarial. Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações).

PONTO 02

- Direito Societário. Código Civil de 2002. Sociedade empresária: a) conceito de sociedade; b) formação e divisão do capital; c) responsabilidade dos sócios; d) personalidade jurídica; e) desconsideração da personalidade jurídica; f) classificação das sociedades; g) constituição das sociedades.

PONTO 03

- Das sociedades em espécie: a) sociedade em comum; b) sociedade em conta de participação; c) sociedade simples; d) sociedade em nome coletivo; e) sociedade em comandita simples; f) sociedade limitada; g) sociedade anônima; h) sociedade em comandita por ações.

PONTO 04

- Ligações Societárias: a) sociedade controladora; b) sociedades coligadas; c) subsidiária integral; d) grupo societário; e) consórcio.

PONTO 05

- Propriedade Industrial. Patentes: a) pedido; b) concessão da patente; c) invenção; d) modelo de utilidade; e) proteção; f) nulidades; g) cessão do pedido ou da patente; h) extinção da patente.

PONTO 06

- Marcas: a) caracterização; b) registro; c) restrições; d) proteção; e) nulidades; f) cessão e licença de uso; g) prazo; h) extinção do registro. Desenhos Industriais: a) titularidade e pedido de registro; b) proteção legal; c) nulidade e extinção do registro.

PONTO 07

- Títulos de crédito. Código Civil de 2002 e Lei Uniforme: a) características de títulos de crédito; b) circulação dos títulos de crédito; c) conceito de título de crédito; d) requisitos essenciais e não essenciais. Classificação dos títulos de crédito: a) títulos de crédito nominativos; b) títulos de crédito ao portador; títulos de crédito à ordem. Institutos cambiários: a) aval; b) endosso; c) protesto (Lei nº 9.492, de 10.09.97 e suas alterações); d) aceite.

PONTO 08

- Títulos de crédito em espécie: a) letra de câmbio; b) nota promissória; c) duplicata; d) cheque; e) debêntures; f) *commercial paper*; g) cédulas de crédito comercial, industrial e rural.

PONTO 09

- Recuperação judicial, extrajudicial falência do empresário e da sociedade empresária (Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 e suas alterações). Disposições preliminares e comuns à recuperação judicial e à falência: a) verificação e da habilitação de créditos; b) administrador judicial e comitê de credores; c) assembleia geral de credores. Recuperação judicial: a) objetivo; b) legitimidade ativa; c) requisitos; d) créditos abrangidos e exceções; e) meios para a obtenção da recuperação da empresa; f) pedido e processamento da recuperação judicial; g) plano de recuperação judicial. Crise econômica e financeira e cessação do pagamento; causas macro e microeconômicas da crise da empresa.

PONTO 10

- Recuperação judicial das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: plano especial. Recuperação extrajudicial. Convolação da recuperação judicial em falência. Falência: a) objetivo; b) juízo universal; c)



efeito da sentença em relação às dívidas; d) classificação dos créditos e ordem de preferência. Procedimento e decretação da falência: a) direitos e deveres do falido; b) autofalência; c) efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor; d) Ações falimentares. Crimes praticados na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial: a) competência; b) natureza da ação penal; c) procedimento penal; d) prescrição; e) efeitos da sentença condenatória; f) legitimação passiva; g) condição objetiva de punibilidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

PONTO 01

- Sistema Tributário Nacional. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartições de competência. Discriminação constitucional de rendas tributárias. Tributos. Conceito; definição e características; determinação da natureza jurídica específica do tributo; denominação e destino legal do produto da arrecadação. Tributos diretos e indiretos. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade. Espécies tributárias. Impostos; taxas; contribuição de melhoria; contribuições sociais; preço público; tarifa; pedágio.

PONTO 02

- Competência tributária. Conceito, espécies e características. Competência tributária e capacidade tributária ativa. Limitações da competência tributária. Imunidades tributárias. Conceito; imunidades genéricas; imunidades específicas; outras imunidades.

PONTO 03

- Impostos de competência dos Estados. Impostos de competência dos Municípios.

PONTO 04

- Normas gerais de direito tributário. Fontes do direito tributário. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.

PONTO 05

- Norma jurídica tributária. Conceito. Classificação. A regra-matriz de incidência tributária: estrutura lógica; critérios da hipótese e da consequência. O “fato gerador” da obrigação tributária. Classificações dos “fatos geradores”. Efeitos do “fato gerador”. O “fato gerador” no âmbito do Código Tributário Nacional.

PONTO 06

- Obrigação tributária. Obrigação tributária e deveres instrumentais ou formais. A obrigação tributária no âmbito do Código Tributário Nacional. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária. Solidariedade tributária. Capacidade tributária e domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade de sucessores, responsabilidade de terceiros e responsabilidade por infrações. A substituição tributária.

PONTO 07

- Constituição do crédito tributário. Lançamento tributário: conceito; natureza jurídica; atributos; alterabilidade; modalidades; revisão. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Moratória; depósito do montante integral; reclamações e recursos administrativos; medida liminar em mandado de segurança; medida liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ação judicial; parcelamento.

PONTO 08

- Extinção do crédito tributário. Pagamento; consignação em pagamento; repetição do indébito tributário; pagamento antecipado e homologação do lançamento; dação em pagamento; compensação; transação; remissão; decadência; prescrição; conversão de depósito em renda; decisão administrativa irreformável;



decisão judicial passada em julgado. Causas extintivas não previstas no Código Tributário Nacional. Exclusão do crédito tributário. Isenção e anistia.

PONTO 09

- Infrações e sanções tributárias. Ilícitos administrativos tributários. Sanções tributárias. Garantias e privilégios do crédito tributário. Preferências. Administração tributária. Fiscalização; dívida ativa; certidões negativas. Processo administrativo tributário.

PONTO 10

- Processo judicial tributário: execução fiscal; ação cautelar fiscal; ação declaratória; ação anulatória de lançamento; ação de consignação em pagamento; ação de repetição de indébito tributário; mandado de segurança.

DIREITO AMBIENTAL

PONTO 01

- Meio Ambiente. Teoria Geral do Direito ambiental. Conceito. Natureza. Fontes e Princípios. Ética Ambiental. Meio Ambiente na Constituição Federal. Fundamento constitucional. Ecologia ou Antropologia. Estado Constitucional Ecológico. A Ética e o ambiente natural, cultural e artificial. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade. Jurisprudência das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça.

PONTO 02

- Política ambiental constitucional. Deveres ambientais. Deveres ecológicos e regulamentação da atividade econômica na Constituição Federal. Competência legislativa em matéria ambiental. Competências legislativas exclusivas e concorrentes. Competência material na defesa do meio ambiente. O Direito Ambiental Internacional. Conceito. Fontes do Direito ambiental internacional. Princípios gerais do direito ambiental internacional. MERCOSUL e Direito Ambiental Internacional. Procedimentos administrativos de prevenção de dano ambiental nacional transfronteiriço. As Organizações Não-Governamentais. ONGs.

PONTO 03

- Bens Ambientais. Águas, cavidades naturais subterrâneas. Energia. Espaços territoriais protegidos e seus componentes: Fauna, Flora, Florestas, Ilhas, Paisagem, Mar Territorial, Praias fluviais, Praias marítimas. Recursos naturais da plataforma continental. Recursos da zona econômica exclusiva. Sítios arqueológicos e pré-históricos. Terrenos de marinha e seus acrescidos. Terrenos marginais.

PONTO 04

- Política Nacional do Meio Ambiente. Princípios da PNMA. Objeto. Finalidade. Instrumentos da PNMA. SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente. Objeto. Órgãos integrantes. Órgão Superior. Conselho de Governo. Órgão Consultivo e Deliberativo (CONAMA). Órgão Central – Ministério do Meio-Ambiente. Recursos Hídricos e Amazônia legal. Órgão executor – IBAMA. Órgãos Setoriais. Órgãos Seccionais e órgãos locais. Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Licenciamento Ambiental. Sistema de Licenciamento. Espaços territoriais especialmente protegidos. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Código Florestal. Política Nacional de Recursos Hídricos. Política Nacional de Saneamento Básico. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Política Estadual de Recursos Hídricos.

PONTO 05

- Tipos de Licença (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação). Outorgas das Licenças. Licença Ambiental para fins específicos. Função e Natureza Jurídica do Estudo de Impacto Ambiental.

PONTO 06



- Conceito jurídico de impacto ambiental. Exigência Constitucional dos Estudos de Impacto Ambiental. O EIA na legislação nacional. Competência Legislativa sobre o EIA. Competência para exigir o EIA. Estados e Municípios. Competência do CONAMA para estabelecer as diretrizes sobre o EIA. Normas Gerais. Conteúdo do EIA. RIMA. Audiência Pública. As licitações e o EIA. Conceito de Poluição. Poluição das águas. Poluição Atmosférica. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por rejeitos perigosos. Poluição por agrotóxicos. Poluição sonora. Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação: Fundamento Constitucional.

PONTO 07

- Conceito de Zoneamento Ambiental. Finalidade. Natureza jurídica. Zoneamento Ambiental Urbano. Zonas de Uso Industrial – ZUI. Zonas de Uso Estritamente Industrial – ZUEI. Zona de Uso Predominantemente Industrial – ZUPI. Zona de Uso Diversificado – ZUD. Zoneamento Ambiental Agrícola e Zoneamento Ambiental Costeiro. Zoneamento Ecológico-Econômico. Código Ambiental (Lei 12.651/2012). Lei Complementar Estadual nº 005/1994 – Código de Proteção ao Meio Ambiente do Estado do Amapá. Lei Estadual nº 1.028/2006 – Dispõe sobre a criação e gestão da Floresta Estadual do Amapá (Flota). Lei Estadual nº 873/2004 – Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, no Município de Macapá, Estado do Amapá. Lei Estadual nº 702/2002 – Dispõe sobre a Política Estadual de Florestas. Lei Estadual nº 485/1999 – Institui auditorias ambientais. Lei Estadual nº 388/1997 – Dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso à biodiversidade do Estado do Amapá. Lei Estadual nº 165/1994 – Cria o Sistema Estadual do Meio Ambiente. Lei Estadual nº 051/1992 – Dispõe sobre a Política Agrária, Fundiária, Agrícola e Extrativista Vegetal do Estado do Amapá.

PONTO 08

- O Dano Ambiental. Apuração do Dano Ambiental. Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal por danos ao Meio Ambiente. Infrações Administrativas Ambientais. Sanções para as infrações administrativas ambientais. O Poder de Polícia e Direito Ambiental.

PONTO 09

- Meios processuais para a defesa ambiental. Ação Popular. Ação Civil Pública. Competência para o processamento e julgamento das ações civis públicas por danos ao meio ambiente. Legitimidade ativa. Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Mandado de Injunção. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Desapropriação. Tombamento. A tutela inibitória em matéria de proteção ao meio ambiente. A tutela de urgência e de evidência no direito ambiental. O acesso coletivo à tutela jurisdicional em matéria ambiental. Intervenção de Terceiros stricto e lato sensu. Recursos.

PONTO 10

- Crimes contra o meio ambiente. Responsabilidade penal. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Ação e processo penal. Competência para julgar os crimes contra o meio ambiente. Crimes contra a fauna. Crimes contra a flora. Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural. Crimes de poluição.

DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO 01

- As funções do Estado. Origem do Direito Administrativo. O regime jurídico-administrativo. Conteúdo do regime jurídico-administrativo. Aplicação do regime jurídico administrativo a entidades da Administração Indireta, entidades de colaboração e particulares. Poder de polícia administrativa. Caracterização. Atributos. Manifestações do poder de polícia. Princípios limitadores do poder de polícia. Abuso de autoridade.



PONTO 02

- Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Restrições ao princípio da legalidade. Princípios reconhecidos em legislação infraconstitucional, pela doutrina e pela jurisprudência. Interpretação do direito administrativo. Normas sobre interpretação do direito público na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Controle sistemático das relações administrativas.

Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, classificação, espécies. Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo. Invalidez, nulidade, anulação, cassação, caducidade, convalidação e revogação. Principais espécies. Controle de mérito e de legalidade dos atos administrativos. Controle sistemático dos atos administrativos.

PONTO 03

- Servidores Públicos. Agentes Públicos. Classificação. Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes públicos. Regime dos servidores públicos e titulares de cargos públicos na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Amapá. Cargo, emprego e função pública. Provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Provimento. Nomeação. Concurso Público. Posse e exercício. Estabilidade. Transferência. Readaptação. Reversão. Reintegração. Recondução. Disponibilidade. Aproveitamento. Vacância. Remoção. Redistribuição. Substituição. Direitos e vantagens dos servidores públicos. Deveres e responsabilidades dos servidores públicos. Do regime disciplinar. O funcionário Público Civil. Da Seguridade social do servidor: aposentadoria e pensões; aposentadoria de magistrado, membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas; aposentadoria voluntária, aposentadoria compulsória. Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos. Lei complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional) e alterações. Lei nº 066, de 03 de maio de 1993 (Estatuto dos Servidores do Estado do Amapá) e alterações. Lei Estadual nº 915, de 18 de agosto de 2005 (Regime de Previdência Social do Estado do Amapá) e alterações.

PONTO 04

- Improbidade administrativa: Lei Federal nº 8.429/92. Agentes do polo ativo e passivo. Atos de improbidade. Da ação de improbidade administrativa. Das penas. Enriquecimento ilícito. Prejuízo ao erário. Princípios. Penas. Procedimento e prescrição. Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/00. Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/11. Lei Anticorrupção - Lei Federal nº 12.846/13.

PONTO 05

- Controles da Administração Pública: Controle administrativo; Controle legislativo ou político; Controle judicial. Discricionariedade administrativa e controle judicial. Controle interno e controle externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Domínio público. Controle sistemático das delegações de serviços públicos. Domínio Público. Bens públicos. Regime jurídico. Classificação, Administração e Utilização. Alienação. Tratamento do tema no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001).

PONTO 06

- Licitação: Princípios, Obrigatoriedade, Dispensa e Exigibilidade, Procedimentos e Modalidades. Pregão presencial e eletrônico. Fases da licitação. Habilitação. Julgamento. Homologação e adjudicação. Recursos administrativos. Crimes. Licitação e mandado de segurança. Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Registro de preços. Contrato administrativo. Espécies. Conceito. Características. Prerrogativas da Administração. Formalização. Execução e inexecução. A cláusula rebus sic stantibus. A Teoria da Imprevisão. As cláusulas de reajuste de preços. Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou inexistentes. Rescisão e anulação.

PONTO 07

- Convênios e Consórcios. Concessões e Permissões de serviços públicos. Forma e condições da outorga do serviço em concessão. O Prazo nas concessões e sua prorrogação. Poderes do Concedente. Os Direitos do concessionário. Regime tarifário e sua revisão. Os Direitos dos usuários. Formas de extinção da



concessão e seus efeitos jurídicos. A reversão dos Bens. Responsabilidades civis do concessionário e do Poder concedente. Permissão. Parcerias Público-Privadas. Parcerias com o terceiro setor. Convênios e outras espécies de ajustes colaborativos. Organizações sociais. OSCIPs. Organizações da Sociedade Civil.

PONTO 08

- Infrações e Sanções administrativas. Conceito. Sujeito infrator. Excludentes da Infração. Princípios. Dever de sancionar. Processo administrativo. Conceito. Processo ou procedimento administrativo. Princípios do processo administrativo. Instauração do processo administrativo e fases do processo. A sindicância. Os sujeitos da relação processual administrativa. Direitos e deveres das partes. Competência. Instrução do processo administrativo. Decisão do Processo Administrativo: estrutura, tipologia. Recurso Administrativo e seus efeitos. Coisa julgada administrativa. Da revisão administrativa. Da prescrição e da decadência. Poder de polícia: conceito. Intervenção do Estado na propriedade. Função social da propriedade. Desapropriação. Conceito. Requisitos. Bens suscetíveis de desapropriação: Competências relacionadas à desapropriação. Espécies de desapropriação Indenização e consectários legais. Caducidade da desapropriação. Imissão na posse do imóvel desapropriado. Direito de extensão. Desapropriação indireta. Retrocessão. Controle da desapropriação. Servidão administrativa. Tombamento. Requisição. Ocupação provisória. Limitação administrativa. Direito de construir e seu exercício. Loteamento e zoneamento.

PONTO 09

- Responsabilidade civil do Estado: evolução das teorias. Reparação do dano. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Caracterização. Causas de exclusão e mitigação. Prescrição e decadência. Responsabilidades dos contratados e delegatários de serviços públicos. Procedimento administrativo e judicial. Direito de regresso.

PONTO 10

- Organização administrativa: noções gerais. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Autarquias. Autarquias comuns e especiais. Agências reguladoras e agências executivas. Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Consórcios Públicos. Tutela dos entes da Administração Indireta. Entidades de colaboração e seu regime jurídico. Jurisprudência e súmulas de direito administrativo do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Súmulas Vinculantes. Temas decididos em regime de repercussão geral ou de recursos repetitivos.